

matriculados na rede. Se lembrarmos que cada aluno custa em média US\$ 220 para o Estado, o número acima representa um desperdício da ordem de US\$ 324.720.000.

Por detrás da repetência e mais grave do que o desperdício material de recursos advindos do trabalho duro da população, está a desilusão de milhares de famílias que valorizam uma escola que expulsa seus filhos, a destruição do sentimento de competência de um bom número de crianças e adolescentes, a formação de gerações e gerações que incorporaram, com sofrimento e sem necessidade, a certeza de que são incompetentes. Esse é o preço que pagamos pela ineficiência do ensino: deixamos de formar, para este Estado, uma população bem informada e apta intelectualmente a analisar criticamente sua situação de vida e buscar soluções para seus problemas.

Mas a ineficiência do sistema não se manifesta, apenas, nas elevadas taxas de repetência e evasão. Há de se considerar, ainda, a precária qualidade do ensino recebido por aqueles que conseguem permanecer no sistema de ensino paulista. A enorme repercussão causada por estudo recente, realizado pela Fundação Carlos Chagas, em colaboração com instituições internacionais, bem atesta este fato. Ao analisar o desempenho escolar de crianças de 13 anos, cursando da quinta à oitava série em diversos países do mundo, verificou-se que as nossas crianças só alcançaram desempenho superior às de Moçambique. Dessa forma, os alunos brasileiros que conseguem vencer a cultura da repetência e atingir as séries mais avançadas do ensino fundamental, apresentando o esperado, dificuldades na expressão oral, na compreensão de textos e no domínio das operações matemáticas básicas. A conclusão inevitável é só uma: o sistema educacional no Brasil - e inclusive o de São Paulo - é um fracasso em termos de qualidade, mesmo para as crianças e jovens que, de acordo com as escolas, alcançaram patamares desejáveis de desempenho.

Com a falta de racionalização da rede de ensino em São Paulo, observa-se, adicionalmente, que os alunos cumprem uma carga horária insuficiente em grande parte da rede. Na verdade, muitas escolas apresentam até quatro turnos de aulas, fazendo com que o tempo de permanência nas escolas fique muito aquém do desejável para que se possa desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade. Solvo exceções, a jornada escolar encurtada, que dificilmente atinge mais de três horas de trabalho pedagógico efetivo, leva, portanto, à ausência de condições mínimas para o ensino-aprendizagem.

2. Ineficiência do sistema

Em relação à Secretaria Estadual de Educação e ao aproveitamento racional de seus recursos disponíveis, podemos afirmar que prevalece uma extrema ineficiência, notadamente pelo gigantismo da máquina burocrática e pela ausência de mecanismos de controle sobre o sistema de ensino.

Hoje, a Secretaria de Educação possui uma estrutura afastada dos problemas do ensino, mostrando-se incapaz de prestar os serviços de que a rede necessita. Revela-se, também, como uma fonte permanente de orientações contraditórias e de exigências inócuas. O modelo de atendimento emprega uma estratégia pouco eficiente, que contribui para a subutilização de recursos humanos, físicos, materiais, conduzindo ao uso inadequado das verbas-recursos financeiros, além de dificultar qualquer alternativa de parceria e cooperação entre os poderes públicos e outros setores da sociedade civil.

Em São Paulo há, no que concerne à Educação, excessiva centralização originando disfunções da máquina administrativa. Praticamente todas as decisões e orientações sobre a vida escolar emanam dos órgãos centrais da Secretaria de Educação. Existe uma concentração em controles burocráticos e na transmissão das instruções, de maneira que, para as escolas, o papel de meras cumpridoras de tarefas, sem qualquer autonomia financeira, administrativa ou pedagógica. Assim, o modelo de atendimento emprega uma estratégia que contribui para a sub-utilização de recursos humanos, físicos e materiais. Conseqüentemente, isso conduz ao uso inadequado das verbas e dos recursos financeiros disponíveis, além de dificultar - e até mesmo inviabilizar - qualquer alternativa de parcerias produtivas com outras instâncias interessadas na melhoria da qualidade do ensino.

Além de gigantesca, morosa e centralizadora, a estrutura também é composta por departamentos relativamente estanques e superpostos, sem uma política clara capaz de unificar ações nas suas diferentes instâncias e dimensões. A Secretaria da Educação do Estado não conta, adicionalmente, com mecanismos de avaliação e controle do serviço prestado. É preciso não só fornecer dados sobre a rede, deixando-a transparente para a sua clientela como, também, incentivar uma maior participação da comunidade, aumentando seu nível de interação com a escola. Contudo, atualmente, com cerca de 360.000 profissionais do ensino, 62.000 funcionários, 6.700 escolas e 6.637.000 alunos, dos quais 5.254.000 se encontram no ensino fundamental, a rede estadual de ensino é rígida e morosa, não conseguindo dar dinamismo às decisões nem promover mudanças necessárias, fato que prejudica, em muito, a qualidade do trabalho pedagógico. Assim, especificamente no que concerne ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação, observa-se que os principais problemas a serem enfrentados são os seguintes:

- jornada de trabalho docente diferenciada (escolas comuns e escolas padrão), promovendo: a) incompatibilidade entre carga de trabalho e carga horária dos alunos; b) presença, no caso do professor I, do chamado "trabicho" (quatro horas-aula ministrada por outro professor) e, no dos professores II e III, de pulverização do atendimento, que não permite a fixação do docente na unidade escolar (dependendo do componente curricular, o professor pode ministrar aulas até em 4 escolas);

- horários diferenciados de hora-aula, em termos de aula-relógio (40, 45 ou 50 minutos), acarretando distorção na jornada de trabalho (por exemplo, um professor que ministra 8 horas-aula dia de 40 minutos trabalha 05:30 horas e aquele que leciona 6 horas-aula dia de 50 minutos trabalha 07:00 horas);

- módulo de pessoal técnico-administrativo incompleto e distribuído segundo parâmetros pouco precisos;

- atribuição de funções a pessoal pouco preparado para o exercício de certas tarefas;

- privilégio de atividades administrativas, em detrimento das pedagógicas;
- descentralização morosa de verbas, as quais percorrem uma série de instâncias administrativas, sem atingir a atividade-fim;

- formação e atualização insuficientes dos recursos humanos. Não que concerne à política de remuneração da secretaria, ela é inadequada e injusta, por estabelecer desigualdade de tratamento ao introduzir pequenas vantagens, tais como gratificações para parcelas pouco significativa do magistério ou outras gratificações que não são incorporadas ao salário-base para evitar o aumento da folha de pagamento dos inativos.

Além da gratificação de 10% estabelecida no Estatuto do Magistério para o período noturno, foram criadas várias outras gratificações nos últimos anos: a) adicional de 20% para professores, diretores e vice-diretor de escolas em locais de difícil acesso; b) adicional de 20% a 40% para diretores dependendo do número de alunos da escola.

No caso específico das escolas padrão, diversas gratificações foram introduzidas: 30% RDPE (Regime de Dedicção Plena e Exclusiva) para Professor, Diretor e Vice-Diretor, 20% para o Curso Noturno para Professor, Diretor e Vice-Diretor, 30% RDPE (Regime de Dedicção Plena e Exclusiva) para Supervisores de Ensino e Delegados de Ensino (lei complementar 744/93). Cabe, ainda mencionar outras gratificações introduzidas no ano de 1993: 50% de gratificação de função para Delegados de Ensino, 20% a 40% de gratificação de função para os Supervisores de Ensino, 10% de gratificação Especial para Supervisores de Ensino que realizam trabalho noturno.

Essa alternativa, atualmente empregada pela administração, mostra-se equivocada, na medida em que a própria Constituição garante ao inativo retribuição correspondente ao pessoal da ativa. Para o futuro governo passa a existir o problema

de que, pela constituição do Estado, após 5 anos todas as gratificações devem ser obrigatoriamente incorporadas aos salários e, a partir disso, pela isonomia, todos passarão a reivindicar o benefício. Adicionalmente, a política salarial não estimula a valorização do pessoal, uma vez que praticamente inexistiu evolução na carreira por mérito (fato que cria um distanciamento por hierárquico pequeno entre o início e o fim da carreira), provocando evasão de profissionais e aposentadoria precoce.

A tabela abaixo mostra como estão distribuídos os salários dos professores em São Paulo. Trata-se do salário inicial em abril de 1994 para 40 horas semanais sem gratificações e demais vantagens:

QUADRO DO MAGISTERIO	SALÁRIO EM URV's
PROFESSOR I	194,06
PROFESSOR II	231,95
PROFESSOR III	235,38
DIRETOR	331,91
SUPERVISOR	403,43

O resultado deste processo é a profunda crise do sistema de ensino que precisa ser urgentemente melhorado e remodelado. A consciência dessa necessidade não se restringe aos profissionais do ensino, mas atinge a população toda. Faz-se necessária uma reforma radical dos padrões de gestão, um planejamento estratégico integrado, coerente e realista, fundado em prioridades que permitam, a curto prazo, a solução dos problemas mais graves e a criação de condições de aperfeiçoamento contínuo de todo o sistema, a médio e longo prazo.

B - DIRETRIZES PRINCIPAIS

A grande diretriz da atual gestão na área da educação é a revolução na produtividade dos recursos públicos que, em última instância, deverá culminar na melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, para que esta revolução realmente ocorra, algumas mudanças tornam-se imprescindíveis. Entre elas cabe destacar a revisão do papel do Estado na área de prestação de serviços educacionais. Ou seja, o Estado deverá transformar-se no agente formulador, por excelência, da política educacional paulista, voltada à realidade socio-econômica do Estado e às aspirações de uma sociedade que se pretende moderna e desenvolvida. Para tanto, ele deverá articular e liderar os diferentes setores responsáveis pela prestação dos serviços educacionais em torno de um projeto comum. Para cumprir o papel de planejador estratégico e não o de simples prestador de serviços, o governo reafirmará e fortalecerá o caráter redistributivo da atuação estatal, em busca de maior equidade no serviço prestado.

Dois diretrizes complementares, porém fundamentais, deverão nortear a revisão do papel do Estado: de um lado, reforma e racionalização da estrutura administrativa, de outro, mudanças nos padrões de gestão.

Reforma e racionalização da rede administrativa

A Secretaria da Educação é um órgão dividido em departamentos estanques e com áreas de atuação superpostas, sem uma política clara capaz de unificar as suas diferentes instâncias e dimensões, além de distanciada dos problemas da escola, que tem se mostrado incapaz de atingir. Os últimos anos vêm sendo marcados por uma sucessão de Secretários com orientações disparentes, que têm evitado a todo custo a tarefa de reorganizar a pesada máquina burocrática. Com isso, estabelecem grupos de trabalho e programas paralelos (como é o caso da Jornada Única e das Escolas Padrão), que privilegiam a solução de um ou outro dos inúmeros problemas que afetam o sistema de ensino. Além disso, a gestão da rede tende a se concentrar em controles burocráticos, distorcendo as funções essenciais das escolas, que acabam se tornando apenas objeto de normas controladas e não instâncias atuantes no processo pedagógico. Os órgãos de supervisão e coordenação não se organizam para servir às escolas e solucionar os seus problemas, mas para transmitir instruções e exigir o cumprimento correto de normas burocráticas.

Buscar-se-á construir na Secretaria uma máquina administrativa leve, ágil, flexível, eficiente e moderna, capaz de ser um instrumento eficaz na implantação de uma nova política educacional. Para tanto, dois objetivos deverão ser atingidos: a instituição de um sistema eficaz de informatização dos dados educacionais e a desconcentração e descentralização de recursos e competências.

Informatização dos dados educacionais

Na medida em que esta administração enfatiza o planejamento estratégico e articulada das ações educacionais, a instalação de um sistema eficaz de informatização dos dados do setor deverá visar basicamente:

- o controle e acompanhamento da clientela do ensino básico;
- a racionalização do uso dos equipamentos escolares, revendo a forma de ocupação dos mesmos, inclusive considerando diferentes modalidades de distribuição da clientela;
- a construção de uma base sólida para a tomada de decisão quanto à implementação de novos investimentos.

Considera-se inadmissível a atual ausência de controle informatizado das estatísticas educacionais numa Secretaria do porte da Educação e no contexto de um Estado como São Paulo, altamente familiarizado com os mais sofisticados avanços tecnológicos. A falta de controle tem gerado situações absolutamente céticas para uma administração interessada na produtividade dos recursos públicos. O exemplo mais acabado desse problema pode ser visto quando se compara os dados populacionais do Censo de 1991 e as estatísticas educacionais publicadas no Anuário da Secretaria.

Enquanto o Censo afirma que em 1991 a população paulista com 8 anos de idade era de 679 mil crianças, o Anuário publicava, para aquele mesmo ano, uma matrícula na ordem de 743 mil alunos. Considerando ainda que o Censo informa que 5% das crianças dessa faixa etária estavam fora da escola, temos uma diferença de mais de 100 mil crianças que, segundo os dados censitários, não poderiam estar na escola porque simplesmente não existem. Como se posicionam frente a tais dados? Seriam eles produto da desorganização das escolas que reatriculavam alunos evadidos ou criam alunos "fantasmas", com o objetivo de não desacomodar alguns professores que teriam que ser removidos, caso o número de classes diminuísse? Seria esse superdimensionamento produto de várias reatriculações feitas pelos pais, com o objetivo de garantir vaga para seus filhos em diversas escolas? Questões como estas, se não forem devidamente esclarecidas, podem acarretar desnecessária sobrecarga de recursos, construções de emergência e ociosidade de vários equipamentos.

QUADRO COMPARATIVO

MATRÍCULA INICIAL TOTAL NO ENSINO DE 1º GRAU POR IDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO E POPULAÇÃO RESIDENTE - 1991

EDADES	ALUNOS MATRICULADOS ¹	POPULAÇÃO RESIDENTE ²
7 anos	639.607	644.714
8 anos	743.671	678.994
9 anos	758.426	702.784
10 anos	715.952	690.592
11 anos	689.061	677.838
12 anos	647.960	638.407
13 anos	599.003	618.361
14 anos	486.229	604.744
15 anos	311.010	592.143
16 anos	195.643	585.5
		10
17 anos	117.651	570.690
18 anos	68.338	586.933
19 anos	83.072	579.906

FONTE: Centro de Informações Educacionais/Secretaria de Estado de Educação/1991. Fundação SEADE/Forçamento IBGE (dados preliminares do Censo demográfico de 1991)

O exame da tabela acima, em anexo, mostram a gravidade desta situação, na medida que este superdimensionamento também se encontra presente nas faixas etárias posteriores, ocasionando uma diferença entre o censo e as estatísticas educacionais de mais de 200 mil alunos para as faixas etárias entre 8 e 12 anos, implicando cerca de 6000 salas de aula, onerando o tesouro e rebaixando, de forma indireta, o salário que poderia ser estar pagando aos docentes.

¹ Dados CIESE
² Dados SEADE/IBGE
Com o objetivo de moralizar e potencializar o uso dos recursos públicos, está-se efetuando o cadastramento e informatização dos alunos de todas as redes de educação básica (pré-escola, 1º e 2º graus de ensino) do Estado de São Paulo, o que possibilitará o "rastreamento" anual de cada aluno através do seu código de identificação (evitando, assim, tanto as duplas como as falsas matrículas). O sistema de cadastramento informatizado possibilitará, também, um estudo criterioso da maior adequação e racionalização no uso dos equipamentos escolares.

A partir de meados dos anos 70, com a lei 5692, adotou-se um modelo de escola agrupando, em um único prédio, o 1º e o 2º graus, com onze anos de duração, reunindo crianças e jovens das mais variadas faixas etárias. Com isso, ocorreu também uma diversificação acentuada das necessidades curriculares e, conseqüentemente de professores variados, gerando uma série de distorções na rede de ensino que precisa ser urgentemente reorganizada e racionalizada. Para atingir esta meta é necessário e imprescindível a existência de dados informatizados que possibilitem agilidade e segurança na tomada de decisões.

Estudos efetuados pela própria Secretaria da Educação têm revelado que a estratégia de agrupamento de várias séries em um mesmo prédio não alcançou a eficácia pretendida. Ao contrário, na medida em que os últimos anos observaram um grande aumento de pequenas escolas, de 3 a 6 classes, atendendo no mínimo 8 diferentes séries, tais escolas acabaram mantendo um número pequeno de classes de cada série, sendo que as séries finais possuem, na maioria das vezes, um reduzido contingente de alunos. Esta configuração acarretou, por sua vez, não só o aumento dos quadros administrativos, burocráticos e docentes, como uma jornada encurtada para muitos professores, criando o chamado "professor itinerante" - o boia fria da educação - que precisa lecionar em duas ou mais escolas para alcançar uma carga horária semanal satisfatória.

Esta situação torna-se ainda mais grave em várias escolas estaduais de 2º grau, nas quais o número de alunos matriculados é menor do que o exigido legalmente. As implicações políticas desse problema têm levado as atuais administrações a agir como se o desconhecimento, independentemente do custo social de um equipamento que funciona com um alto grau de subutilização.

O governo, ciente de que essa dispersão conduziu a um substancial crescimento no número de escolas e de classes instaladas, exigindo maiores investimentos e inviabilizando uma política de recursos humanos que favoreça a melhoria das condições de trabalho e de ensino, buscou através do cadastramento dos alunos e do mapeamento dos equipamentos existentes rever a forma de ocupação dos mesmos, inclusive considerando diferentes formas de distribuição da clientela e, adequar o espaço físico e os materiais didático-pedagógicos ao desenvolvimento bio-intelectual e necessidades de aprendizagem dos alunos de diferentes faixas etárias. Por exemplo, enquanto alunos das primeiras séries do primeiro grau necessitam materiais concretos para aprendizagem da matemática, os das últimas séries e os do segundo grau demandam laboratórios e oficinas. Suas diferentes necessidades requerem espaços diversificados para o ensino-aprendizagem.

O problema do Estado de São Paulo (salvo algumas poucas situações pontuais e conjunturais) está mais na permanência do que no acesso do aluno à escola, pretende potencializar ao máximo os equipamentos existentes, inclusive através da oferta de transporte escolar para os alunos das séries mais avançadas, canalizando os recursos disponíveis para melhor equipar as escolas pedagogicamente e remunerar adequadamente os profissionais do ensino. A reorganização e racionalização dos equipamentos escolares visará, portanto, a fixação do corpo docente na escola, a composição adequada da jornada de trabalho, a concentração de recursos materiais, didáticos e financeiros, bem como a instalação de salas ambiente diferenciadas, indispensáveis a um projeto de melhoria da qualidade do ensino. A implementação de novos investimentos, sejam eles destinados à ampliação da rede física ou à aquisição de materiais didático-pedagógicos, passará, assim, por uma avaliação que se pautará em um mapeamento cuidadoso de todos os equipamentos escolares do Estado, sejam eles públicos ou privados, bem como no cadastramento dos alunos da educação básica paulista.

Desconcentração e descentralização de recursos e competências

Descentralização e desconcentração da educação não significa reduzir as funções articuladoras do Estado, nem privatizar o serviço ofertado. Significa, antes, a democratização do Estado e da política, mediante a multiplicação dos centros de poder nas instâncias locais e a procura de aumento da eficiência das políticas públicas pelo controle direto dos usuários. O atual administração tem consciência de que esse processo deverá ser atacado em duas frentes: na reorganização da estrutura atual da Secretaria de Educação e na busca de novas parcerias para prestação dos serviços educacionais.

Vários estudos foram efetuados nas últimas administrações, visando uma reforma da máquina estadual. De modo geral, apontam para a extinção de órgãos centralizados e para a necessidade de repassar recursos humanos e materiais para instâncias descentralizadas do sistema, como as Delegacias de Ensino, que deveriam gozar de maior autonomia financeira e administrativa.

A reorganização do sistema deverá prever a eliminação de multiplicidade de escalões intermediários de acesso às escolas (Delegacias, DREs, CENP); a excessiva distância entre as escolas e os órgãos de decisão; a extinção da execução de tarefas semelhantes por órgãos diferentes e a superposição de competências entre os órgãos centrais. Ou seja, dever-se-á enxugar os órgãos desnecessários da Secretaria Estadual de Educação, redefinindo as atribuições dos remanescentes de modo a integrá-los numa política educacional clara e articulada.

Ao lado de medidas para melhorar o desempenho da Secretaria, esta administração buscará novas parcerias com outras instâncias da sociedade - empresários, professores, pais, sindicatos, universidades etc. - entre as quais os municípios se constituíram em parceiros privilegiados.

São Paulo tem o mais baixo índice de participação municipal no ensino fundamental para o país como um todo. Enquanto nos demais Estados os municípios arcam em média com 35% desse grau de ensino, em São Paulo, esse índice cai para 9,7%. Com exceção do município de Campinas, responsável por cerca de 27% do ensino fundamental, e de alguns outros poucos - Santos com 14%, Guarujá com 24%, Santos com 25% e Cubatão com 49% - a esmagadora maioria dos municípios do Estado contribui de forma absolutamente insignificante, para esse grau de ensino.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DIFERENTES REDES DE ENSINO NA MATRÍCULA INICIAL DO 1º GRAU - BRASIL/1991

REDES	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Total Geral	0,5%	57,3%	29,8%	12,5%
Total Excluído do Estado de São Paulo	0,6%	51,4%	35,3%	12,7%
Total Estado S. Paulo	-	79%	9,3%	11,7%

FONTE: Ministério da Educação/1989

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DIFERENTES REDES DE ENSINO NA MATRÍCULA INICIAL DO 1º GRAU - ESTADO DE SÃO PAULO/1992

REDES	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Total Geral	79,7%	9,7%	10,6%
Capital (Município de São Paulo)	57,3%	26,7%	16%
Outros Municípios	88,8%	2,8%	8,4%

FONTE: Centro de Informações Educacionais/Secretaria de Estado de Educação/1991

A ausência de participação por parte dos municípios tem sido justificada pela ausência dos mesmos no ensino pré-escolar e na oferta de creches à população. Entretanto, a descentralização de recursos físicos, no final da década de 80, representou um aumento significativo (de cerca de 2% do PIB) dos recursos tributários à disposição dos Municípios (Kahn, A., *Propostas de Reforma Tributária*, FUNDAR/IESP, 1993). Esse aumento não representou, todavia, um maior atendimento à demanda educacional do 1º Grau, verificando-se, inclusive, diminuição da oferta de vagas municipais e, contrariamente ao que prevê a Constituição, aumento da participação dos Municípios na oferta do ensino superior (ver tabela de matrícula na pré-escola à pg 6).

Tem-se consciência de que de forma isolada o Estado não tem condições de oferecer novos patamares de qualidade para o ensino público. Em conseqüência, uma política séria de estabelecimento de parcerias deverá, necessariamente, contemplar:

- o estabelecimento de princípios, objetivos e metas que deverão ser consensuados entre os diferentes parceiros e firmemente observados;
- a formulação de critérios de financiamento que contemplem as diferentes necessidades e realidades regionais;
- a definição de regras claras, a partir de competências e responsabilidades detalhadas, para evitar o informalismo das transferências negociadas caso a caso;
- a transparência no processo decisório, o que implica a democratização das informações;
- o levantamento do custo aluno médio para as diferentes regiões do Estado, de forma a possibilitar o estabelecimento de critérios de cooperação e negociação mais fidedignos entre o Estado e os Municípios, tendo como parâmetro a relação entre clientela escolar, custo-aluno e receita de impostos.

Deverá ser oferecido um leque diversificado de formas de parceria, que vá desde a construção ou simples manutenção das escolas, até a elaboração de normas mais complexas como o gerenciamento de toda uma rede de ensino (Municípios) Formas cooperativas e de terceirização, com associações sem fins lucrativos (pais e professores, por exemplo) também serão consideradas. Após avaliar e selecionar as modalidades mais adequadas de parceria, serão acionados os mecanismos necessários para a viabilização efetiva das mesmas.

Mudanças no padrão de gestão

A proposta de abertura institucional de parcerias com outros setores, dentro e fora do Estado, a flexibilidade para adotar soluções alternativas e diferenciadas para ampliar as oportunidades de escolarização e melhorar a qualidade da aprendizagem; a capacidade de coordenar a iniciativa e a atuação de diversos parceiros em torno de prioridades estabelecidas; determina uma disposição do atual governo de promover uma mudança significativa nos padrões de gestão, e serem aperfeiçoados através de alguns pontos complementares e essenciais. São eles: racionalização do fluxo escolar; instituição de mecanismos de avaliação dos resultados; aumento da autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas.

Conforme é sabido, 80% das crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos de idade já se encontra dentro da escola. A racionalização do fluxo escolar implica, pois, reverter o quadro de repetência e evasão de nossas escolas. Como foi apontado anteriormente, a quantidade de recursos perdidos ano a ano com o enorme contingente de alunos repetidos poderia se constituir em auxílio produtivo na